

ARTICULAÇÕES POLÍTICAS DO SENADO DA CÂMARA DA VILA DO PRÍNCIPE (1714 E 1828)

Danilo Arnaldo Briskievicz¹

RESUMO

Para compreender a relação entre o povo e o Senado da Vila do Príncipe (atual cidade do Serro/MG) caracterizamos o gesto pedagógico colonial desta instituição no período entre 1714 e 1828 em sua relação político-administrativa cotidiana com a população serrana. Trata-se de metodologia centrada nas formas de exercício de poder e de autoridade da mais importante instituição do Norte e Leste de Minas Gerais, ligada diretamente à conformação e manutenção das relações jurídico-administrativas da Comarca do Serro do Frio. O objetivo principal é compreender de maneira alargada qual população era governada pelo Senado da Câmara. As conclusões são apontadas durante o processo de escrita e levantamento de fontes documentais e uso dos comentaristas, levando-se em conta que a descrição e análise históricas seguem Jungidas no texto.

Palavras-chave: Brasil Colônia; Gesto pedagógico colonial; Senado da Câmara da Vila do Príncipe.

ABSTRACT

To understand the relationship between the people and the Senate of Vila do Príncipe (present-day Serro, Minas Gerais), we characterize the colonial pedagogical gesture of this institution between 1714 and 1828, reflecting its daily political and administrative relationship with the mountain population. This methodology focuses on the forms of power and authority exercised by the most important institution in the North and East of Minas Gerais, directly linked to the formation and maintenance of the legal and administrative relations of the Serro do Frio District. The main objective is to broadly understand the population governed by the Senate. Conclusions are drawn during the writing process, through the collection of documentary sources, and through the use of commentators, taking into account that the historical description and analysis remain intertwined in the text.

¹ Doutor em Educação. Professor do Instituto Federal de Minas Gerais, campus Santa Luzia. Este artigo faz parte da produção acadêmica realizada durante o estágio pós-doutoral realizado no Departamento de Pós-Graduação de História da UFMG, sob a supervisão da Dra. Adriana Romeiro, em 2022-2023.

Keywords: Colonial Brazil; Colonial pedagogical gesture; Senate of Vila do Príncipe.

INTRODUÇÃO

Em 14 de março de 1702, bandeirantes paulistas capitaneados por Antônio Soares Ferreira (c.1670-1720), registraram oficialmente o descobrimento das lavras de ouro das Minas do Serro do Frio. Em torno desta mina surgiram os arraiais de Cima e de Baixo, atualmente o centro histórico da cidade do Serro/MG.

Duas guerras civis determinaram a criação de duas importantes instituições político-jurídicas fundamentais para a organização da colonização do Leste e Norte de Minas. A primeira, a Revolta do Rio do Peixe (1711-1715), acabou com a anistia dos revoltosos contrários ao poder dos bandeirantes paulistas e a criação da Vila do Príncipe e do seu Senado da Câmara, que funcionou de 1714 até 1828 (Briskievicz, 2024, 264-277). A segunda, a Revolta do Serro do Frio (1718-1720), culminou com o assassinato de Antônio Soares Ferreira em Conceição do Mato Dentro a mando do Conde de Assumar, com a justificativa de usurpação das terras reais sem o pagamento do imposto do quinto do ouro. Para acabar de vez com o poder e a autoridade dos bandeirantes paulistas, foi criada a Comarca do Serro do Frio, desmembrada da Comarca de Sabará (Briskievicz, 2024, 66-80).

Para compreender especificamente o funcionamento do Senado da Câmara da Vila do Príncipe (atual cidade do Serro/MG) propomos por condução metodológica referenciar os estudos pela apreensão do gesto pedagógico colonial. Depois, analisar com vagar a modelação das relações de poder e de autoridade do Senado da Câmara em relação ao povo, ou seja, responder à questão sobre quem era a população da antiga Minas do Serro do Frio transformada em Vila do Príncipe por ordem real.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DO GESTO PEDAGÓGICO COLONIAL CAMARÁRIO

*A força nunca poderá conferir qualificação legal,
e os povos conservam sempre o direito de protestar contra ela.*
(Diderot, Enciclopédia, séc. XVIII)

Etimologicamente, o substantivo masculino gesto parece ter sua origem indo-europeia ligada a *gas-*, guardando o sentido de andar, fazer andar, conduzir, portar; em latim, desdobrou-se

no verbo *gerere* (*operare* ou *operar*, *fare* ou *fazer*), significando portar sobre si. Representa-se metaforicamente pelo sentido de aceitar um encargo, portar uma obrigação. Procede-se daí à ideia de executar ou fazer. De modo geral, o gesto é a externalização do que alguém ou alguma coisa traz dentro de si, aquilo que a anima. Muitas palavras derivam de *gerere* e *gestus*: *gerir* ou *cuidar* de um negócio; *gesta* ou *feito* memorável; *gestar*, *gestação* ou o fato de portar uma criança, também no sentido de administrar; *digerir* ou *repartir* o alimento pelo corpo (Fonseca; Roquete, 1848, p. 554).

Por isso, o antônimo de gesto é inexpressão, aquilo que não é manifestado de dentro para fora. Em resumo, gesto é um fenômeno: ele pode se apresentar como individual ou social, cultural, político, econômico, religioso e pedagógico. Assim, o gesto pedagógico é um fenômeno heterogêneo e polissêmico por natureza.

A etimologia do substantivo feminino *pedagogia* deriva do grego *paidagōgós*, em que *paidos* refere-se à criança e *agoge* significa condução, ato de conduzir.

O sentido mais antigo dos gregos está ligado à condução de crianças pela mão à escola por escravos de famílias ricas (Tardif, 2014, p. 15–48); Cambi, 1999; Saviani, 2013). Assim, o gesto pedagógico é a ação de ensinar; é um ato social externalizado por seu agente; é executado pelo indivíduo que transmite aos seus pares ou opositores seu estado de espírito, ou seja, aquilo que o anima, que o faz estar no meio dos outros, relacionando-se com eles em reconhecimento ou irreconhecimento, aceitação ou rejeição; é uma forma de mostrar-se ao olhar dos outros para ser reconhecido como igual ou desigual; por meio dele, transmitem-se valores, a noção de civilidade, a devoção religiosa e a revelação de comportamentos de um determinado grupo social.

Dessa forma, em sociedade, os indivíduos praticam gestos pedagógicos, educam-se e politizam-se, aprendem e convivem. O gesto pedagógico é um ato político em que o corpo se apresenta como recurso didático do indivíduo e de seu grupo, a classe social e seus diversos estratos. É o corpo animado ou infestado de valores e desvalores, conhecimentos e não saberes, crenças e descrenças, ou seja, as formas sociais de simbolização de seu estar no mundo, que traduz e expressa o quem se encontra diante dos olhares dos outros. A presença do corpo individual é potencializada pelas instituições sociais.

O conceito de gesto pedagógico, por um lado, sustenta-se em fundamentos de ordem filosófica, política, histórica e educacional, de pensadores contemporâneos, como Sartre, Bourdieu, Foucault, Saviani, Chartier, Ginzburg, Castelnuovo e Poni. Por outro lado, outros estudiosos auxiliam a aprofundar os contextos específicos da história nacional, mineira e serrana, desde autores consagrados pela academia até os chamados memorialistas locais, considerados uma forma ideológica de

menosprezo ao conhecimento popular, com o qual não concordamos, pois são esses pesquisadores locais que, de fato, escreveram a história serrana.

Se não fossem os locais, não teríamos hoje praticamente nenhum registro dessa história. Seus interesses são difusos — genealogias familiares, apologia dos serranos ilustres (normalmente “homens bons” e seus descendentes, portugueses, paulistas e minimamente os africanos e mais reduzidas ainda abordagens sobre as sociedades indígenas), pesquisas sobre padres e irmandades, transcrição de testamentos dos “descobridores”. Isso nunca apagará o esforço de todos eles em oferecer ao seu jeito uma narrativa sobre o passado.

É pela apropriação de variados conceitos e um constante diálogo de pensamento com essas estruturas discursivas que permite o alargamento do gesto pedagógico em suas análises.

A estrutura pedagógica se expande ao interpretar os estudos de Jean-Paul Sartre sobre o olhar do outro (o Em si, o Para-si e Para-o-Outro), de Pierre Bourdieu em relação ao poder simbólico, de Michel Foucault acerca da microfísica do poder, do poder disciplinar e biopolítico, de Dermeval Saviani na conceituação de uma pedagogia histórico-crítica de viés marxista e, ao avançar em análises históricas — proposta do nosso estudo atual — nos apropriamos das noções de Roger Chartier e da história cultural, ou melhor, de uma história social das interpretações, assim como das formas de compreensão da micro-história presentes em pensadores como Serge Ginzburg, Carlo Castelnuovo e Carlo Poni, que propõem investigar e revelar, por narrativas renovadas, as estruturas aparentemente invisíveis que possibilitam a articulação de certas experiências individuais e coletivas. Vamos destacar alguns desses autores a seguir.

O filósofo francês Jean-Paul Sartre publicou o livro *O ser e o nada: ensaio de ontologia fenomenológica em 1943*. “O olhar” é a quarta unidade do capítulo primeiro da terceira parte, intitulada “O para-outro”. Trata-se de uma investigação acerca da possibilidade de interação entre os seres constituídos ontologicamente no mundo convivencial. Vivemos cercados pelo olhar dos outros e pelo nosso próprio olhar. A forma como nos vemos e vemos os outros é construída pelos olhares que criam imagens uns dos outros.

Por isso, o entreolhares se expressa como gesto pedagógico quando falamos do outro, de seu corpo, de sua identidade. Essa determinação da constituição ontológica do Outro pelo olhar é um caminho possível para afirmar que estamos no mundo juntos, engajados na existência. Essa existência é permeada por instituições sociais – família, religião, estado, polícia e, quando presentes nas sociedades analisadas, a escola ou o ensino não formal. É que, em contato uns com os outros,

lidamos com os mais diversos sujeitos; as mais diversas motivações atuam na constituição desse espaço de convivência social entre crianças, jovens e adultos (Josgrilberg, 2015, p. 9).

Sartre nos auxilia a refletir sobre qual gesto pedagógico resulta da relação educativa e política do entreolhares: como percebemos os outros, como somos percebidos por eles, como construímos identidades e papéis sociais. Para o filósofo francês, toda troca com o mundo para a constituição de nossa condição humana ocorre entre olhares, uma vez que “as situações históricas variam: o homem pode nascer escravo em uma sociedade pagã, senhor feudal ou proletário. O que não varia é a necessidade, para ele, de estar no mundo, trabalhar, conviver com outras pessoas e ser, no mundo, um mortal” (Sartre, 2010, p. 35).

Nesse caso, o gesto pedagógico colonial é a narrativa em torno de sujeitos históricos concretos e de suas ações em determinado contexto sociocultural:

O olhar do Outro é de uma só vez um espacializador e um temporalizador. O tempo de apreensão do olhar do outro cria no Para-si a dimensão de deslocamento do registro. Um registro que até então passava despercebido, passa a ter um registro espacial e temporal, que poderá ser lembrado posteriormente. Cria-se, por isso, uma simultaneidade em que o Para-si se conecta com outro Para-si, dito de outra maneira, o encontro de Para-sis só é possível porque existe a dimensão do para-Outro em cada um deles (Briskievicz, 2018, p. 74).

Dessa forma, analisar o gesto pedagógico é definir o outro (o seu corpo, a qualidade, a condição, o cotidiano, a identidade, os objetos que porta, etc.), a partir de nossas próprias estruturas ontológicas compartilhadas socialmente.

O sociólogo francês Pierre Bourdieu conceituou a relação entre os sistemas simbólicos de poder e sua reprodução por indivíduos em sociedade, no ato de sua ação social. É possível compreender as relações sociais como estruturas estruturadas (o instituído), o que já existe e é compartilhado por todos — porque são, de fato, estruturas estruturantes (o instituinte) — que formam nossas identidades sociais.

Para Bourdieu, as estruturas estruturadas constroem a realidade como a percebemos em seu “sentido imediato do mundo” (Bourdieu, 2011, p. 5); estão presentes na sociedade como conhecimento e consenso, tornando-se visíveis nas instituições sociais, principalmente; operam com sentido lógico e gnosiológico, como apreensão imediata do mundo, das coisas, das pessoas e das identidades. Por outro lado, as estruturas estruturantes atuam como princípio gerador das práticas e

representações sociais, sustentando as estruturas estruturadas. Assim, forma-se uma dialética entre o fixo e o móvel, entre o rígido e o maleável, entre consenso e dissenso, entre instituição social e indivíduo.

Por isso, o gesto pedagógico colonial se manifesta em estruturas como a economia da escravidão, a economia da alforria, a legislação e os regulamentos da Coroa portuguesa; por outro lado, existem estruturas que sustentam o cotidiano dessas criações sociais, sujeitos históricos que atuam nessas estruturas, seja por meio de sua aceitação ou discordância. Assim, no nível das estruturas, é necessário identificar quem apoia ou reproduz socialmente essas estruturas.

Exemplo disso é a complexa e conflituosa relação entre os oficiais do Senado da Câmara da Vila do Príncipe e os representantes da Coroa portuguesa, na qual, em diversos momentos, houve conflito entre o instituído e o instituidor, entre a vontade dos oficiais e a regra dos governantes metropolitanos. Nisso, percebemos que há a reprodução do poder simbólico da Coroa portuguesa, que se estende por seus territórios ultramarinos.

Por isso, segundo Bourdieu, o poder simbólico, poder subordinado, é uma forma transformada, ou seja, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder (Bourdieu, 2011, p. 11). Nesse sentido, o conceito de poder simbólico é fundamental para ampliar a noção de gesto pedagógico, permitindo identificar o que, quem e de que forma estão reproduzindo as estruturas estruturadas, bem como o que, quem e de que modo estão modificando essas estruturas, conflitandolas e criando estruturas estruturantes.

Dito de outra forma, o gesto pedagógico colonial é a narrativa sobre estruturas estruturadas e estruturantes e a forma como a população reproduziu simbolicamente essas formas de compreensão do mundo em sua conduta social, tornando-os instrumentos de dominação, configurando a divisão do trabalho, as classes sociais, a divisão do trabalho manual e intelectual e os costumes.

O filósofo francês Michel Foucault criou a noção de microfísica do poder para explicar o funcionamento de dispositivos e mecanismos de poder na modernidade, especialmente a partir do século XVIII (Romeiro, 2017, p. 28; 38). Ao analisar a história da sexualidade e da loucura, ao estudar os dispositivos de biopoder e de biopolítica em seus dispositivos materiais — prisões, hospitais e escolas — ao aprofundar o sentido da governamentalidade moderna, herdeira do poder pastoral, em todas essas análises, Foucault demonstra como a microfísica do poder é uma relação entre pessoas reais, corpos concretos, em situações reais.

O poder não é algo vago, abstrato ou ideal; está presente onde há seres sociais e é constituído historicamente. Deve ser analisado a partir de seus instrumentos — institucionais ou não — das formas de controle do corpo, de como ele é disciplinado em seus gestos mais banais, em suas atitudes cotidianas, em seus comportamentos aceitos ou marginais, e em seus discursos explícitos ou silenciados. Para além do Estado enquanto instituição social de poder, autoridade e repressão, e de punição de comportamentos criminosos, Foucault destaca a capilaridade microscópica do poder, constituída por micropoderes de níveis moleculares, em múltiplos espaços de relações sociais. Para além do Estado, o poder é uma relação entre todos os indivíduos da sociedade.

Um exemplo do cotidiano do Brasil colonial. O quadro geral de relações de poder centradas na escravidão e na economia da alforria perpetuava-se socialmente, espalhando-se entre todos, indistintamente, nos mínimos espaços. Antigos escravos, quando alforriados, acabavam por comprar escravos, perpetuando o sistema de trabalho compulsório do qual fizeram parte. Isso acontecia porque as relações de poder eram socialmente compartilhadas. Ter poder sobre o outro era uma forma de afirmar a própria identidade social. Assim, para Foucault, o poder é uma realidade, ou seja, uma verdade, e “a verdade não existe fora do poder ou sem poder” (Foucault, 2017, p. 51).

Mas como saber se alguém detém algum poder?

À medida que este indivíduo reproduz o saber coletivamente produzido acerca do mundo, dos costumes e dos valores culturais.

O poder, enquanto relação social, produz e reproduz a realidade do mundo, organizando os espaços, controlando os tempos, vigiando os corpos, produzindo um saber sobre si mesmo, criando individualidades pelo adestramento corporal, pela regulação cotidiana do comportamento e pela normalização da sexualidade. Nesse sentido, não há gesto pedagógico neutro; todo gesto pedagógico — e o colonial não é exceção, mas confirma a regra — é um saber, e todo saber é um gesto político.

Em conclusão, o gesto pedagógico colonial é uma proposta de investigação da educação e da política, do ensinar e aprender e do conviver em sociedade; é uma forma específica de narrativa edificada na observação de como as pessoas, em sua vida cotidiana, eram afetadas por processos formais ou informais de instrução e como operavam cotidianamente com o poder, convivendo com seus dispositivos; é uma proposta de análise dos sujeitos coloniais com seus corpos infestados por valores, costumes, ordenamentos e disciplinas, mas que dominavam seus saberes de variados matizes e exercitavam suas redes micromoleculares de poder.

Dessa forma, o gesto pedagógico colonial é uma operação histórica, conforme concebia Michel de Certeau, na qual contamos histórias de forma metódica, crítica e conceitual, sempre a partir de um lugar — o de hoje e o de ontem — recriando o sentido da ação de pessoas e grupos dentro de uma produção discursiva e de uma ação cultural, social e econômica, articulando-se nos planos material, técnico e simbólico, componentes fundamentais de um estudo historiográfico (Certeau, 2002).

QUAL ERA O POVO GOVERNADO PELO SENADO DA CÂMARA?

Gera-se um espaço que simultaneamente os reúne e os separa.

(H. Arendt, A promessa da política, 1998)

O Senado da Câmara da Vila do Príncipe, para governar e fazer justiça, precisava de sua própria sede, onde realizava reuniões e guardava documentos diversos, como cartas oficiais, bandos, requerimentos, representações, cartas de usança, mapas e vários livros de escrituração, incluindo registros, provisões, receitas e despesas, atas de vereações, de correições, de arrematações e de aforamentos. Além disso, necessitava de um território definido como seu, estabelecendo limites oficiais de atuação para os oficiais do concelho.

O território, espaço e limites de atuação do Senado da Câmara serrano podem ser medidos de duas formas.

A primeira forma refere-se à sede da vila propriamente dita. O povo das minas do Serro do Frio, descobertas em 1702, organizava seu território (casas, ranchos, pousos, lavras, capelas) em alguns arraiais — da Praia, de Baixo, de Cima — quando o governo da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro decidiu pela criação e instalação da Vila do Príncipe, em 1714.

As minas de ouro e seus arraiais foram convertidos em vila. Para obter de fato o privilégio de concelho, a Vila do Príncipe precisava ter sua própria casa da câmara² — adquirida nos primeiros anos de funcionamento — e registrar que todos os seus oficiais, que serviam no ano, eram eleitos pelo sistema de pelouros (ordinário) e por sorteio de barrete (extraordinário), residindo nela. Por conta das *Ordenações Filipinas*, era desejável que os senadores residissem na sede do concelho. As reu-

² A primeira casa do Senado da Câmara e cadeia só foi adquirida em 1718 e outra em 1719 de particulares, estabelecendo-se depois de 1727 até 1751 em casa própria, construída por ordem régia no terreno onde se acha hoje o hospital da cidade serrana, passando esta para casa de fundição, instalando-se na rua Direita, em frente da matriz da vila, onde funcionou de fato por mais de 150 anos. Ver: Silva (1928, p. 88–89).

niões ocorriam de duas a três vezes por semana durante um ano, impedindo longos deslocamentos dos “homens bons” todos os dias. Era necessário morar na vila.

Além disso, havia um longo calendário litúrgico da Igreja: a Semana Santa e a celebração da Páscoa, a solene procissão de Corpus Christi, as festas obrigatórias da padroeira Senhora da Conceição, do Anjo Custódio e de São Borja, bem como as festas dos santos de irmandades leigas, como as do Rosário, do Divino, da Purificação, do Santíssimo Sacramento, do Sagrado Coração de Jesus, de São Francisco e de Santa Rita. Havia também muitas festas populares, como o nascimento, casamento e falecimento de príncipes, princesas, reis e rainhas do Reino, organizadas em cavalhadas, iluminação pública, música, óperas, entre outros eventos, todos de comparecimento obrigatório.

Os oficiais deveriam participar dos eventos cívicos e religiosos, muitos dos quais começavam com a saída solene dos senadores da câmara: os juízes, vereadores e procurador do ano, com estandarte arvorado com o brasão real e as varas ou insígnias de cada oficial, bem como dos juízes (de órfãos e ausentes, de vintena, de sesmarias, de ofícios e seus escrivães respectivos), além dos funcionários camarários (escrivão, tesoureiro, alcaide, meirinho, porteiro), os convidados especiais e o povo.

Tudo devia ser assentado em livro próprio de vereação, registrando como termo de ajuntamento como tudo havia se passado, para que ficasse anotado caso o ouvidor de Sabará (de 1714 a 1720) e depois o ouvidor do Serro do Frio (de 1720 a 1828) quisesse fazer suas correições, como era de costume. Morar na vila era sinal de trabalho intenso para os oficiais da câmara, que muitas vezes saíam também em correição pela vila e seu termo para apurar denúncias e verificar o cumprimento da legislação vigente dos impostos, taxas e dos bons costumes. Morar na vila garantia o sossego do povo.

A segunda forma diz respeito ao termo da Vila do Príncipe. Nesse ponto, a atuação dos oficiais da câmara era extremamente prejudicada. O termo do concelho serrano era de extensão praticamente desconhecida em 1714, quando foi instalado o senado. Ainda não havia mapas oficiais. Quando a Comarca do Serro do Frio surgiu como desmembramento da Comarca de Sabará, em 1720, o termo da vila serrana passou a ser o mesmo da comarca. Um juiz, três vereadores e o procurador do ano, além de um ouvidor-geral da comarca com seu escrivão, dariam conta de administrar tão imenso território, mantendo uma agenda de correições regulares para aplicar a justiça a todos os moradores dos arraiais, povoados e descobertos? Impossível.

Contudo, era necessário colocar os olhos e os ouvidos do Senado e da Ouvidoria em todo o território serrano. A estratégia adotada foi a de capilarizar os poderes do Senado e da Ouvidoria pelo

termo da vila e da comarca. Em cada povoado, havia um juiz de vintena e seu escrivão responsáveis por manter a ordem e comunicar os desassossegos públicos ao Senado e à Ouvidoria, que trabalhavam sempre em parceria. Havia também os capitães da Companhia de Ordenanças, “homens bons” reconhecidos localmente por seus serviços de proteção ao povo e submissão à Coroa portuguesa, comandantes armados acionados para anunciar editais e bandos aos seus tutelados, cobrar e receber os impostos dos comerciantes e fazendeiros, e informar sobre a fuga de escravos.

Na prática, a organização paroquial serrana em torno das capelas e ermidas que orbitavam os povoados e arraiais era administrada da mesma maneira, sendo que, em muitas dessas capelas filiais, havia padres coadjutores, auxiliares do vigário serrano, assim como os capelães podiam assumir os serviços devocionais das irmandades leigas. Havia três camadas de poder estabelecidas no território serrano, no termo de sua vila ou nos limites de sua freguesia: senatorial ou concelhio (Senado da Câmara e Ouvidoria), militar (Companhias de Ordenanças) e eclesiástica (vigário, coadjutores, capelães).

Para os moradores do termo da Vila do Príncipe, era praticamente impossível escapar de uma das camadas de atuação dos poderes civis, militares e religiosos. Por isso, o governo popular, representado pelo Senado da Câmara, atuava a partir da sede para a periferia ou do centro para as bordas do seu termo. Tudo partia e voltava para a Vila do Príncipe.

Assim, a sede do Senado da Câmara centralizava a arrecadação de impostos em seus cofres, o funcionamento regular dos cartórios, a aplicação da justiça no seu fórum, chamado de Auditórios ou Audiências do ouvidor-corregedor (com ramificações no governo da Capitania, do Governo-geral do Brasil e dos tribunais do Reino) e as denúncias contra imoralidade religiosa feitas ao vigário da vara, responsável pela Comarca Eclesiástica (com ramificações nos cabidos da Diocese do Rio de Janeiro e depois de Mariana chegando ao Tribunal do Santo Ofício de Lisboa).

Quando olhamos de perto o mapa do território administrado pelo Senado da Câmara da Vila do Príncipe, pelo vigário da paróquia de Nossa Senhora da Conceição e do ouvidor-geral da Comarca do Serro do Frio de 1714 a 1828, chegamos à conclusão de que somente com a distribuição de privilégios de cargos públicos ou honoríficos pelo sistema das mercês e do padroado real era possível garantir a lealdade dos funcionários.

Ninguém tem poder sozinho.

O poder é um fenômeno que ocorre entre as pessoas, neste caso, mediado pelo interesse dos “homens bons”, onde quer que estejam.

Mas afinal, quantos moradores havia na Vila do Príncipe e seu termo (arraiais e povoados) no período de nosso estudo? Quantas casas ou “fogos” havia?

A primeira constatação é que não houve censo demográfico oficial que atualmente nos informe objetivamente sobre o número de moradores na vila serrana, sua freguesia e comarca.

A segunda questão é que podemos contar com dados esparsos de vigários e visitas pastorais de bispos, nos quais se calculava o número de paroquianos (esse sistema de contar os serranos através do olhar dos padres perdurou pelo menos até 1830) e fogos; visitas de estrangeiros como Saint-Hilaire, Spix e Martius, Mawe e tantos outros, que por sua vez também acessavam informações dos vigários e de seus coadjutores.

Por fim, estabelecer um número total de moradores da Vila do Príncipe e seu termo só é possível por aproximações comparativas com lançamentos precários e prejudicados em sua totalidade por falta de metodologia demográfica e estatística, e assim ficamos à mercê do senso comum dos antigos.

Em estudo recente (Briskievicz, 2024), utilizamos para o levantamento da população das minas do Serro do Frio a partir de 1702 os dados constantes no Livro da Fazenda Real destas Minas do Serro do Frio e Tucumbira de 1702 (PINTO, 1902, p. 939-962; Arquivo Público Mineiro, 1702-1709) o impreciso *Livro que há de servir da receita da Fazenda Real nesta Superintendência das minas do Serro do Frio, 1711–1714* (Arquivo Público Mineiro, 1711-1714) e o incompleto Livro de Capitação de Escravos (Arquivo Público Mineiro, 1718, LAP-5.1- Doc. 01, Cx.09), relativo aos anos de 1718, 1719 e 1720.

Conseguimos chegar à seguinte conclusão: no respectivo livro de capitação de escravos de 1718–1720, restaram 55 folhas de um total de 144. A média por folha de lançamento apresentou cerca de 6,65 escravos. Se multiplicarmos essa média pelas 144 folhas, chegaremos ao total de aproximadamente 957,6 escravos nas minas serranas. Outra possibilidade de cálculo: em 55 folhas, encontramos 59 proprietários de escravos, uma média de 1,07 por folha. Se considerarmos o total de 144 folhas do livro (conforme o termo de encerramento), teremos aproximadamente 154,08 proprietários.

Haveria outros livros de imposto de capitação entre 1718 e 1720?

Pouco provável.

Com isso, temos que, na Vila do Príncipe, havia cerca de 154,08 proprietários para um total aproximado de 955,3 escravos, no período de 1718 a 1720. Mantida essa proporção, a população das minas do Serro do Frio, em 1705–1706, girava em torno de 800 a 1300 habitantes, entre homens livres e escravizados; na Vila do Príncipe, entre 1718 e 1720, considerando homens livres e pessoas

escravizadas, a população girou em torno de 1000 a 1800 habitantes (Curtin, 1969; Luna; Costa, 1982; Klein, 1990; Ergard, 1999; Botelho, 1998; 2000). Segundo Almeida (2010, p. 49), entre 1723 e 1767 a população escrava da Comarca do Serro do Frio contava com 2.522 habitantes, ou seja, 4,7% da população escrava da Capitania de Minas Gerais (Comarca da Vila Rica 23.398 ou 54,7%; Comarca do Rio das Mortes 7.048 ou 13,1% e a Comarca do Rio das Velhas 14.739 ou 27,5% (Ver: Quadro 1).

Saint-Hilaire recolheu dados estatísticos da paróquia de Nossa Senhora da Conceição em 1816, provavelmente das visitas pastorais dos bispos da Diocese de Mariana, cotejados com informações do vigário serrano da época. O número geral de 28.459 habitantes refere-se à totalidade da paróquia, ou seja, à matriz ou à própria Vila do Príncipe e às capelas filiais, ao que tudo indica, excluindo-se o arraial do Tijuco, de Conceição do Mato Dentro e Minas Novas, que já possuíam suas próprias paróquias (Quadro 2). Esse número equivale a um terço da população da comarca serrana em 1813, segundo o Quadro 3.

Os quadros precários de população fornecem informações sobre um longo período de ocupação da Vila do Príncipe e de seu termo, da paróquia de Nossa Senhora da Conceição, sua matriz e capelas filiais, bem como da comarca serrana e seus limites. Durante o período de 1714 a 1828, houve o surgimento de novos povoados e arraiais, além da elevação do arraial das Lavras Novas dos Campos de São Pedro do Fanado a Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas Novas, em 1730.

Contudo, o termo da Vila do Príncipe e sua jurisdição, praticamente a mesma da comarca, de maneira geral, pode ser melhor compreendido tendo como pontos de referência os arraiais do Tijuco (atual cidade de Diamantina), do Mato Dentro (atual cidade de Conceição do Mato Dentro), Nossa Senhora da Pena do Rio Vermelho (atual cidade de Rio Vermelho) e Dolores do Guanhães (atual cidade de Guanhães), bem como os povoados e arraiais que surgiram em seus arredores.

QUADRO 1: POPULAÇÃO — MINAS DO SERRO DO FRIO/VILA DO PRÍNCIPE (SEDE) 1705–1816.

Ano	Total
1705-1706	800-1300
1718-1720	1000-1800
1816	2500-3000

Fontes: Arquivo Público Mineiro (1718, LAP-5.1- Doc. 01, Cx. 09)

Arquivo Público Mineiro (1702-1709), Saint-Hilaire (1934, p. 276).

QUADRO 2: POPULAÇÃO DA PARÓQUIA DE VILA DO PRÍNCIPE — 1816.

	Sexo masculino	Sexo feminino	Ambos os sexos
Branços	1559	1669	3228
Índios	11	3	14
Mulatos livres	2808	4156	7964
Mulatos escravos	770	829	1599
Negros livres	2011	2285	4296
Escravos	7184	4374	11558
Total	14343	13316	28459

Fonte: Saint-Hilaire (1934, p. 276).

QUADRO 3: POPULAÇÃO DA COMARCA DO SERRO DO FRIO — 1723–1813.

	Escravos	Branços	Pardos	Total
1723-1767	2522			
1738-1744	7937	1744		9681
1767				29538
1776	29840	13665	15289	58794
1813				104300
1821				83626

Fontes: Furtado (2008, p. 41); Almeida (2010, p. 48); Libby (2020, p. 85).

A população das minas do Serro do Frio nos anos de 1705–1706 girava em torno de 800 a 1.300 habitantes, e isso nos permite calcular que seriam necessárias de 100 a 300 pousadas, ranchos e casas para acomodar esses moradores. Esse dado contrasta com a declaração feita pelo ouvidor da comarca serrana, Dr. Antônio Pereira do Vale e Melo, em carta enviada ao rei de Portugal, no dia 15 de maio de 1731, na qual afirmou que “esta Vila do Príncipe, senhor, se compõe de 60 casas, poucas cobertas de telha, as mais de palha; nunca terá aumento pela ruim paragem dela” (Silva, 1928, p. 40)³. Talvez o magistrado se referisse apenas às casas e não incluísse os ranchos e pousadas. Em

³ A rancharia da mineração predominou nas margens do rio do Lucas e Quatro Vinténs até por volta de 1710-1714, quando as lavras eram chamadas de “velhas” em documentos oficiais; depois, as casas e templos com melhor estruturação de paredes e telhados tomaram conta da parte alta, a encosta norte, bastante ensolarada, acompanhando as melhorias construtivas da matriz da vila e da capela de Nossa Senhora da Purificação, edificações marcadoras do arruamento da vila na primeira metade século XVIII, demarcando os pontos de partida e de chegada nos dois grandes quarteirões formados entre a rua Direita e a rua de Baixo ou da Cadeia

1816, Saint-Hilaire escreveu que na Vila do Príncipe havia cerca de 700 casas e uma população que girava em torno de 2.500 a 3.000 habitantes.

Este era o povo governado pelo Senado da Câmara da Vila do Príncipe entre 1714 e 1828, com suas casas, ranchos e pousadas, e sua forma de viver em povoados e arraiais, normalmente orbitando em torno de ermidas, capelas e suas matrizes, formando extensas redes de sociabilidade.

CONCLUSÃO

Inicialmente, retomamos nossos estudos anteriores para esclarecer a metodologia ou percurso dos pressupostos utilizados na fundamentação da abordagem sobre o Senado da Câmara da Vila do Príncipe. O gesto pedagógico colonial influenciou os procedimentos cotidianos dos oficiais do concelho serrano. De fato, a atuação e trajetória dos senadores estiveram emolduradas pelas formas de pensar e agir politicamente. Aprendia-se nos espaços privados e públicos como se deveria agir e se comportar nas funções públicas.

Os senadores, vereadores ou oficiais da câmara não mudavam seu jeito de ser, pensar e agir ao se tornarem oficiais da Câmara. Antes, perpetuavam seus valores familiares (o patriarcado, por exemplo), suas crenças religiosas (o catolicismo, essencialmente), seu imaginário político (a defesa da monarquia, majoritariamente) e a apologia da escravidão (o combate aos quilombos, desde sempre).

Os oficiais da câmara não estavam isentos de suas sociabilidades legadas anteriormente às suas nomeações. Por isso, não encontramos em documentos estudados um espírito reformista, crítico ou mesmo desobediente às normas vigentes. O Senado da Câmara serrano tornou-se uma instituição de coesão social, na maioria das vezes conservadora, no sentido de não se movimentar para além das necessidades de manutenção da ordem social previamente estabelecida. O Senado da Câmara fez parte da colonização da Coroa portuguesa no Brasil.

O povo sempre ficou de olho em relação ao que podia sair das reuniões do Senado da Câmara. A vida cotidiana era afetada pela chegada de cartas e documentos, nomeações e editais públicos. O funcionamento do Senado da Câmara em suas reuniões oficiais, que produziu contínua e reiterada de documentos escritos em resposta, consulta ou demanda a outros órgãos oficiais da governança. Despachar documentos e fazê-los escritos para a posteridade era fundamental para

e a rua de Cima. É importante destacar que o primeiro calçamento de pedras da Vila do Príncipe foi realizado em 1737, beneficiando a ladeira da matriz ou rua do Pelourinho, unificando as minas antigas da Praia que se mantinham como fontes de água potável para a população serrana". Libby (2020, p. 34), calculou que na década de 1740 havia cerca de 200.000 habitantes na Capitania de Minas Gerais, sendo que mais da metade seriam escravos, seguindo os registros subestimados da capitação.

manter o gesto pedagógico colonial intacto ou minimamente reformado quando de interesse dos oficiais do Senado.

Isso se dava para criar processos para consultas em que era possível fazer falar os ausentes e tornar manifesto o desejo dos monarcas ou de seus conselheiros, ou mesmo de seus tribunais (de Apelação ou Santo Ofício, por exemplo) a quem estivesse subordinado pela hierarquia governamental.

O Senado da Câmara estava submetido a uma extensa lista de leis, regimentos, regulamentos, portarias e decretos provenientes da Coroa portuguesa, do Governo-geral do Brasil e do governo da Capitania.

Desde muito cedo, os oficiais optaram pela contratação de licenciados ou advogados para lidar com esse emaranhado legislativo, que poderia criar grandes obstáculos aos interesses pessoais devido aos privilégios dos senadores, caso fossem descumpridos ou questionados. Manter privilégios e boa reputação era a meta dos oficiais. Não causar problemas para o rei e para si mesmos era considerado suficiente.

A forma de lidar com documentos antigos do Senado da Câmara deve ser esclarecida. Primeiramente, analisamos os documentos que regulavam o funcionamento da casa legislativa e judicial.

Por fim, *pari passu*, a essas narrativas, problematizamos o gesto pedagógico colonial de suas autoridades e autorizações, de seus poderes e suas práticas, de suas formas de convivência uns com os outros e com os demais estamentos e classes sociais, no interior de uma sociedade em que se sedimentava o jeito barroco serrano de ser e seus fundamentos civilizatórios.

Ao povo, o Senado. Aos oficiais do Senado, o poder.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e pobres em Minas Gerais*. Produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822. Belo Horizonte: Argumentum Editora, 2010.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Fundo Alferes Luiz Antônio Pinto*. 1718 — Relação de escravos do sargento-mor Paulo Pires de Miranda. Lista de quintos. S/L — LAP-5.1- Doc. 01, Cx.09.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Seção Colonial Coleção Casa dos Contos*. Documentos encadernados. CC-1002 1702-1709 Livro primeiro de receita e despesa da Fazenda Real referentes às minas do Serro Frio e de Itacambira.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Seção Colonial Coleção Casa dos Contos*. Documentos encadernados. CC-1005 1711–1714 Livro que há de servir da receita da Fazenda Real nesta Superintendência das minas do Serro do Frio.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *População e nação no Brasil do século XIX*. 1998. 241f. Tese. (Doutorado em História Social) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 2. ed. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRISKIEVICZ, Danilo Arnaldo. A escola-medusa: o olhar do outro e a educação em Jean-Paul Sartre. *Educação*, Santa Maria, v. 43, n. 2, p. 67-78, abr./jun. 2018.

BRISKIEVICZ, Danilo Arnaldo. *O ouro do Brasil: história das minas do Serro do Frio de 1702 a 1714*. Curitiba: Appris Editora, 2024.

CAMBI, Franco. *História da pedagogia*. São Paulo: Unesp, 1999.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CURTIN, Philip. *The Atlantic slave trade: a census*. Madison: University of Wisconsin Press, 1969.

ERGARD, Laird W. *Slavery and the demographic and economic history of Minas Gerais, Brazil, 1720–1888*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

FONSECA, José da; ROQUETE, J.-I. *Diccionario da Língua Portuguesa*. Paris, Lisboa: Guillard, Aillaud e Cia., 1848.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 6. ed. Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra, 2017.

FURTADO, Júnia Ferreira. *O livro da capa verde*. O regimento diamantino de 1771 e a vida no distrito diamantino no período da Real Extração. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2008.

JOSGRILBERG, Rui. Fenomenologia e Educação. *Notandum*, Porto, n. 38, p. 5–14, maio-ago. 2015.

KLEIN, Herbert. Tráfico de escravos. In: FIBGE. *Estatísticas históricas do Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. p. 53–61.

LIBBY, Douglas Cole. *Nos limites de seu estado. A vida em família, rumos econômicos e jogos identitários – São José do Rio das Mortes – séculos XVIII e XIX*. Belo Horizonte: Odisseia/Miguilim, 2020.

LUNA, Francisco Vidal, COSTA, Iraci Del Nero da. *Minas Gerais: economia e sociedade*. São Paulo: FIPE, Pioneira, 1982.

ROMEIRO, Adriana. *Corrupção e poder no Brasil*. Uma história, séculos XVI a XVIII. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. São Paulo: Itatiaia, 1934.

SARTRE, Jean-Paul. *O ser e o nada. Ensaio de Ontologia Fenomenológica*. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas do Brasil*. 4. ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2013.

SILVA, Dario Augusto Ferreira da. *Memória sobre o Serro antigo*. Serro: Typographia Serrana, 1928.

TARDIF, Maurice. Os gregos antigos e a fundação da tradição educativa ocidental. In: GAUTHIER, Clermont; TARDIF, Maurice. *A pedagogia*. Teorias e práticas da antiguidade aos nossos dias. 3. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014, p. 15–48.